



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS

Lei nº 427 de 22 de junho de 2022

Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias do município de São Domingos – PB para o exercício financeiro de 2023 e dá outras providências.

A PREFEITA CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS, CIDADE DO ESTADO DA PARAÍBA,

Faço saber que a Câmara Municipal de São Domingos decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Ficam estabelecidas as diretrizes orçamentárias do Município de São Domingos - PB, para o exercício de 2023, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º da Constituição Federal e em consonância com a Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000:

- I. as prioridades e metas da Administração Pública Municipal;
- II. a estrutura e organização dos orçamentos;
- III. as diretrizes para a elaboração e execução dos orçamentos do Município e suas alterações;
- IV. as disposições relativas às despesas do Município com pessoal e encargos sociais;
- V. as disposições sobre alterações na legislação tributária do Município e medidas para incremento da receita;
- VI. as disposições relativas à dívida pública Municipal;
- VII. as disposições gerais.

§ 1º Os dispositivos da presente Lei de Diretrizes Orçamentárias contêm orientações específicas quanto:

- I. ao equilíbrio entre as receitas e despesas municipais;
- II. aos critérios e forma de limitação de empenho, a ser efetivadas nas hipóteses previstas no art. 9º e no inciso II do § 1º do art. 31 da Lei Complementar 101/2000 - LRF;



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS

Lei nº 427 de 22 de junho de 2022

III. aos critérios para a recondução da dívida pública municipal caso ultrapasse os respectivos limites na forma do art. 31 da Lei Complementar 101/2000 - LRF;

IV. as normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos;

V. as condições e exigências para transferências de recursos a entidades privadas e a pessoas físicas;

VI. a outros critérios orientadores a elaboração e execução da movimentação orçamentária e financeira municipal.

§ 2º Em conformidade com a Portaria nº 1.130, de 04 de novembro de 2021, da Secretaria do Tesouro Nacional – STN integram a presente Lei os Anexos de Riscos Fiscais e Metas Fiscais compreendendo os demonstrativos a seguir:

- I. Riscos Fiscais e Providências;
- II. Metas Anuais;
- III. Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;
- IV. Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;
- V. Evolução do Patrimônio Líquido;
- VI. Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com Alienação de Ativos;
- VII. Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores;
- VIII. Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;
- IX. Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado.

CAPÍTULO II
DAS PRIORIDADES E METAS

Art. 2º As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício de 2023, serão especificadas no Plano Plurianual – PPA para o período 2022-2025.

§ 1º A Lei Orçamentária destinará recursos para a operacionalização das prioridades e metas mencionadas no “caput” deste artigo e aos seguintes objetivos básicos das ações de caráter continuado:



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS

Lei nº 427 de 22 de junho de 2022

I. provisão dos gastos com o pessoal e encargos sociais do Poder Executivo e do Poder Legislativo;

II. compromissos relativos ao serviço da dívida pública;

III. despesas indispensáveis ao custeio e manutenção da administração municipal;

IV. conservação e manutenção do patrimônio público.

§ 2º As metas fiscais poderão ser ajustadas no Projeto de Lei Orçamentária para 2023, se verificado, quando da sua elaboração, alterações que impactem na estimativa das receitas e despesas.

§ 3º Ficam automaticamente revistas as previsões dos resultados orçamentário, nominal e primário, em conformidade com os valores previstos e fixados na Lei Orçamentária de 2023.

CAPÍTULO III

DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Seção I

Da estrutura dos orçamentos

Art. 3º A receita municipal será constituída:

I. dos tributos de sua competência;

II. das transferências constitucionais;

III. das atividades econômicas que por conveniência o Município venha executar;

IV. dos convênios firmados com órgãos e entidades da Administração Pública Federal, Estadual ou de outros Municípios ou com Entidades e instituições privadas nacionais e internacionais;

V. das oriundas de serviços executados pelo Município;

VI. das cobranças de dívida ativa;

VII. das alienações de bens;

VIII. das oriundas de empréstimos e financiamentos devidamente autorizados pelo Poder Legislativo;

IX. outras rendas.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS

Lei nº 427 de 22 de junho de 2022

§ 1º A discriminação da receita será de acordo com o estabelecido na Portaria Interministerial STN/SOF nº163, de 04 de maio de 2001, e alterações posteriores.

§ 2º As receitas oriundas de fontes vinculadas não poderão ter destinação diversa das referidas finalidades.

§ 3º As receitas serão escrituradas de forma que se identifique a arrecadação segundo a natureza de receita, fontes de recursos e parcelas vinculadas aos respectivos orçamentos.

Art. 4º Na lei orçamentária, a discriminação da despesa, quanto à sua natureza, far-se-á por categoria econômica, esfera orçamentária, grupo de natureza de despesa, devendo esta ser detalhada até modalidade de aplicação e fontes de recursos.

§ 1º A categoria econômica tem por finalidade identificar se a despesa é Corrente ou de Capital. As despesas correntes são as que não contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital e as despesas de capital contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital.

§ 2º A esfera orçamentária tem por finalidade identificar se o orçamento é fiscal, da seguridade social ou de investimentos, conforme o disposto no § 5º do art. 165, da Constituição Federal.

§ 3º Os conceitos de grupo de despesa e modalidade de aplicação são aqueles estabelecidos na Portaria Interministerial da Secretaria do Tesouro Nacional e da Secretaria do Orçamento Federal nº 163, de 4 de maio de 2001, e em suas alterações;

§ 4º É vedada à execução orçamentária com modalidade de aplicação indefinida.

§ 5º No Projeto de Lei Orçamentária será atribuído a cada Projeto, Atividade e Operação Especial um código numérico estabelecido pelo setor responsável pelo Planejamento, órgão responsável pela elaboração da referida Lei.

Seção II

Do Projeto da Lei Orçamentária Anual

Art. 5º Os orçamentos fiscal e da seguridade social compreenderão a programação do Poder Executivo e Legislativo, seus fundos, órgãos e



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS

Lei nº 427 de 22 de junho de 2022

entidades da administração direta e indireta, inclusive autarquias, fundações e empresas estatais dependentes instituídas e mantidas pelo Poder Público Municipal.

Art. 6º O Projeto de Lei Orçamentária que o Poder Executivo encaminhará ao Poder Legislativo até o dia 30 de setembro de 2021, será constituído de:

- I. Mensagem;
- II. texto da lei;
- III. quadros orçamentários consolidados;

IV. Anexo dos orçamentos fiscal e da seguridade social, discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta Lei;

Art. 7º Para efeito da elaboração da Lei Orçamentária Anual de que trata a presente Lei, o Poder Legislativo encaminhará à Secretaria Municipal de Administração, sua respectiva proposta orçamentária, observado os parâmetros e diretrizes estabelecidos nesta Lei, para fins de consolidação do Projeto de Lei Orçamentária.

Art. 8º A previsão da receita e a fixação da despesa no orçamento municipal terão como princípio o equilíbrio, de modo a evitar o déficit das contas do Município.

Art. 9º A lei orçamentária anual conterá dotação consignada à reserva de contingência no valor equivalente a 1,0% (um por cento) da receita corrente líquida, para atender o disposto no inciso III, do art. 5º, da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000.

Parágrafo único. A não utilização dos créditos consignados à Reserva e Contingência nos fins previstos no "caput" até 30 de novembro de 2023, poderá dar cobertura a créditos adicionais para suprir insuficiência orçamentária.

Seção III
Dos Prazos

Art. 10. O Poder Executivo enviará até 30 de setembro de 2022 ao Poder Legislativo Municipal o Projeto de Lei Orçamentária, com sua despesa consolidada discriminada na forma estabelecida nesta Lei.

§ 1º O Poder Legislativo encaminhará ao Poder Executivo o autógrafo do Projeto de Lei Orçamentária, com base no qual será editada a correspondente Lei, cuja integridade em relação aos documentos e arquivos dedados



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS

Lei nº 427 de 22 de junho de 2022

recebidos, para fins de publicação, será de responsabilidade do Poder Executivo:

CAPÍTULO IV
DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO
DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO E SUAS ALTERAÇÕES

Seção I
Diretrizes Gerais

Art. 11. A elaboração do Projeto, a aprovação e a execução da Lei Orçamentária de 2023 deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparente gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade, unidade, universalidade e anualidade, permitindo-se o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas.

Parágrafo único. O Poder Legislativo realizará audiência pública durante a apreciação da Proposta Orçamentária, em conformidade com o disposto no Parágrafo único do art. 48 da Lei Complementar 101/2000.

Art. 12. A alocação dos créditos orçamentários será feita diretamente à unidade orçamentária responsável pela execução das ações correspondentes.

Art. 13. Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, à alocação dos recursos na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais será feita de forma a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

Art. 14. Na programação da despesa, em conformidade com a LRF, não poderão ser:

I. fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos e legalmente instituídas as unidades executoras;

II. incluídos projetos com a mesma finalidade em mais de uma unidade orçamentária;

III. incluídas despesas a título de Investimentos - Regime de Execução Especial, ressalvados os casos de calamidade pública formalmente reconhecida, na forma do art. 167, § 3º, da Constituição;

IV. consignados créditos com finalidade imprecisa ou com dotação ilimitada.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS

Lei nº 427 de 22 de junho de 2022

Art. 15. Além da observância das prioridades e metas fixadas no termo do art. 2º desta Lei, a Lei Orçamentária e seus créditos adicionais somente incluirão projetos novos se:

I. tiverem sido adequadamente contemplados todos os projetos em andamento;

II. os recursos alocados viabilizarem a conclusão de uma etapa ou a obtenção de uma unidade completa, considerando-se as contrapartidas exigíveis nos convênios, acordos e similares.

Seção II

Dos Débitos Judiciais

Art. 16. A Lei Orçamentária de 2023 somente incluirá dotações para o pagamento de precatórios cujos processos contenham certidão de trânsito em julgado da decisão exequenda e pelo menos um dos seguintes documentos:

I. certidão de trânsito em julgado dos embargos à execução;

II. certidão de que não tenham sido opostos embargos ou qualquer impugnação aos respectivos cálculos.

Art. 17. O órgão responsável pela Procuradoria Geral do Município, sem prejuízo do envio das relações, encaminhará à Secretaria Municipal de Administração até 05 de agosto de 2021, a relação dos débitos constantes de precatórios judiciais a serem incluídos na proposta orçamentária de 2023, conforme determina o art. 100, § 1º, da Constituição Federal, discriminada por órgão devedor da administração direta ou indireta, especificando:

I. número da ação originária;

II. número do precatório;

III. tipo de causa julgada;

IV. data da autuação do precatório;

V. nome do beneficiário;

VI. valor do precatório a ser pago;

VII. data do trânsito em julgado;

VIII. número da Vara ou Comarca de origem.

Parágrafo único. A relação dos débitos de que trata o caput deste artigo somente incluirá precatórios cujos processos atendam as condições estabelecidas no art. 16 desta Lei.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS

Lei nº 427 de 22 de junho de 2022

§ 1º A contabilidade registrará os atos e fatos relativos à gestão orçamentário-financeira efetivamente ocorrida, sem prejuízo das responsabilidades e providências derivadas da inobservância do caput deste artigo.

§ 2º É vedada a realização de atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial no âmbito do sistema contábil utilizado, após o último dia de exercício, exceto para fins de apuração do resultado, os quais deverão ocorrer até o trigésimo dia de seu encerramento.

Seção III

Das Condições e Exigências para Transferências de Recursos a Entidades Públicas e Privadas

Art. 18.- É vedada a destinação de recursos a título de auxílios, previstos no art. 12, § 6º, da Lei Federal nº 4.320, de 1964, para entidades privadas, ressalvadas aquelas sem fins lucrativos e desde que sejam:

I – ao atendimento direto e gratuito ao público, voltadas para as ações relativas ao ensino, saúde, cultura, esporte, assistência social, agropecuária e de proteção ao meio ambiente;

II – as associações ou consórcios intermunicipais, constituídos exclusivamente por entes públicos, legalmente instituídos e signatários de contrato de gestão com a administração pública municipal, e que participem da execução de programas municipais.

III. sejam qualificadas para o desenvolvimento de atividades esportivas que contribuam para a capacidade de atletas nas modalidades de torneios, campeonatos de amadores e profissionais que de alguma forma incentivem o esporte e representem o Município.

Seção IV

Das alterações da Execução da Lei Orçamentária Anual

Art. 19. As propostas de modificação do projeto de Lei Orçamentária Anual serão apresentadas:

I. Na forma das disposições constitucionais e no estabelecido na Lei Orgânica do Município;



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS

Lei nº 427 de 22 de junho de 2022

II. Acompanhadas de exposição de motivos que as justifiquem.

Art. 20. Na apreciação pelo Poder Legislativo do Projeto de Lei Orçamentária Anual, as emendas somente poderão ser aprovadas caso:

I. sejam compatíveis com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias;

II. indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesas, excluídos os que incidam sobre:

- a) dotação para pessoal e seus encargos;
- b) serviço da dívida.

III. sejam relacionadas com:

- a) a correção de erros ou omissões;
- b) os dispositivos do texto do Projeto de Lei.

§ 1º As emendas deverão indicar como parte da justificativa:

I. no caso de incidirem sobre despesas com investimentos, a viabilidade econômica e técnica do Projeto durante a vigência da Lei Orçamentária;

II. no caso de incidirem sobre despesas com ações de manutenção, a comprovação de que não inviabilizarão as atividades de natureza operacional da entidade ou órgão cujas despesas são reduzidas;

III. em relação às alterações das categorias de programação e grupo de despesa dos projetos originais, indicar o total dos acréscimos e o total dos decréscimos, identificando cada uma das dotações modificadas com a indicação das alterações atribuídas;

IV. as inclusões de novas categorias de programação e, em relação a estas, os detalhamentos fixados na Lei de Orçamento, com indicação das fontes financiadoras e as denominações atribuídas.

V. quadro demonstrativo da manutenção do equilíbrio entre as receitas e despesas e a correspondência das fontes de recursos.

§ 2º É vedada a inclusão de emendas ao Projeto de Lei e à Lei Orçamentária, bem como, em suas alterações que anulem dotações provenientes:

I. de precatórios judiciais;

II. do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB;

III. do limite mínimo para área do ensino, estipulado pela Constituição Federal;



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS

Lei nº 427 de 22 de junho de 2022

IV. de receitas vinculadas a finalidades específicas, tais como aconvenções, execução de programas especiais e operações de créditos;

V. de receitas diretamente arrecadadas por órgãos, fundos, autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista;

VI. do limite mínimo para área de Saúde, estipulado pela Emenda Constitucional nº 29;

VII. de contrapartida obrigatória do Tesouro Municipal a recursos transferidos ao Município.

§ 3º A correção de erros ou omissões será justificada circunstancialmente e não implicará em indicação de recursos para aumento de despesas previstas no Projeto de Lei Orçamentária.

Art. 21. A criação de novos projetos ou atividades, além dos constantes da proposta de Lei Orçamentária Anual, somente será admitida mediante a redução de dotações alocadas a outros projetos ou atividades, observadas as mesmas fontes de financiamento, as disposições constitucionais, o estabelecido na Lei Orgânica do Município e nesta Lei.

Art. 22. O Poder Executivo poderá enviar Mensagem ao Poder Legislativo para propor modificação no Projeto de Lei Orçamentária enquanto não iniciada na Comissão Técnica a votação da parte cuja alteração é proposta.

Art. 23. Os créditos adicionais autorizados pelo Legislativo serão abertos e apresentados com o detalhamento estabelecido na Lei Orçamentária, em conformidade aos preceitos estabelecidos nos artigos 40 e seguintes da Lei 4.320/64.

Parágrafo único. Os créditos adicionais autorizados e as alterações do Quadro do Detalhamento de Despesas, serão editados mediante Decreto do Executivo.

Art. 24. O Poder Executivo poderá, mediante decreto, transpor, remanejar, transferir ou utilizar, de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, bem como de uma fonte de recurso para outra, até o limite de 15% (quinze por cento) das dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária de 2023 e em créditos adicionais.

Art. 25. A LOA disporá sobre percentual de autorização para a abertura de créditos adicionais, conforme disposto no artigo 43 na Lei Federal nº 4.320/64 e estabelecerá as condições e os limites percentuais a serem observados para tanto.

Art. 26. Na programação da despesa, não poderão ser:



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS

Lei nº 427 de 22 de junho de 2022

I – fixadas despesas, sem que existam fontes de recursos compatíveis e sem que as unidades executoras estejam instituídas legalmente;

II – incluídos pagamentos, a qualquer título, a servidor da administração pública, empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, por serviços de consultoria ou assistência técnica, exclusive aqueles custeados com recursos provenientes de convênios, acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, firmados com órgãos de direito público ou privado, nacionais ou internacionais.

Parágrafo único. O disposto no inciso II não se aplica a pesquisadores de instituições de pesquisas e de Ensino Superior, bem como a coordenador, instrutor e/ou supervisor de curso de capacitação de Recursos Humanos.

CAPÍTULO V
DA POLÍTICA DE FOMENTO

Art. 27. O Poder Executivo poderá mediante autorização legislativa, realizar projetos que exijam investimentos em conjunto com a iniciativa privada desde que resultem em crescimento econômico e que visem:

I - a redução dos níveis de desemprego;

II - financiar ações para o incentivo e a atração de novos investimentos;

III - promover empreendimentos produtivos em todos os segmentos da economia, de maior efeito multiplicador do emprego e da renda;

IV - aumentar as oportunidades de emprego através da criação, ampliação, modernização, transferência ou reativação de pequenos negócios, formais, através de empréstimos de recursos financeiros aos empreendedores.

CAPÍTULO VI
DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS DO MUNICÍPIO COM
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 28. As dotações orçamentárias destinadas às despesas com pessoal e encargos sociais serão projetadas com base nas despesas



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS

Lei nº 427 de 22 de junho de 2022

executadas no mês de junho de 2021, considerando os eventuais acréscimos legais, alterações de planos de carreira e admissões para preenchimento de cargos, observado, além da legislação pertinente, os limites previstos nos artigos 18, 19 e 20 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 29. Fica o Poder Executivo Municipal, por intermédio da Secretaria de Administração, autorizado a realizar o seguinte:

I – criar, extinguir ou reestruturar o plano de cargos, carreiras e salários dos servidores municipais, observando as condições estabelecidas nesta lei e as restrições do art. 71, da Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000.

II- realizar concurso público para cargos efetivos do quadro de pessoal do município.

III – realizar programa de treinamento e qualificação do servidor público municipal.

Art. 30. Se a despesa com pessoal ultrapassar o limite prudencial estabelecido na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, a realização de serviço extraordinário, no decorrer do exercício de 2023, dependerá de autorização especial prévia e será admitida apenas para setores considerados relevantes para o interesse público, voltados para as áreas de educação e de saúde, em situações de emergência que envolvam risco ou prejuízo para a população.

Art. 31. O disposto no § 1º, do art. 18, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, aplica-se exclusivamente para fins de cálculo do limite da despesa total com pessoal.

Parágrafo único. Não se considera como substituição de servidores e empregados públicos, para efeito do caput deste artigo, os contratos de terceirização relativos à execução indireta de atividades que, simultaneamente:

I – sejam acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal do órgão ou entidade; e

II – não sejam inerentes a categorias funcionais abrangidas por plano de cargos do quadro de pessoal do órgão ou entidade, salvo expressa disposição legal em contrário, ou quando se tratar de categoria ou cargo extinto, total ou parcialmente.

Art. 32. Fica autorizada, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº 394, de 03 de novembro de 2020, a revisão anual e geral dos subsídios dos agentes políticos e dos servidores públicos ativos do Poder Legislativo, cujo percentual será definido em lei específica.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS

Lei nº 427 de 22 de junho de 2022

CAPÍTULO VII
DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA
LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 33. Poderá o Poder Executivo Municipal realizar no exercício financeiro de 2023:

I – atualização e adequação do Código Tributário do Município a nova sistemática tributária nacional;

II – melhoramento do serviço de arrecadação dos tributos municipais com adoção de medidas capazes de motivar o contribuinte ao pagamento e evitar a evasão de receitas.

CAPÍTULO VIII
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Seção I
Da limitação de empenhos

Art. 34. Caso seja necessária a limitação do empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira para atingir as metas fiscais previstas na LRF, essa será feita de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento de "outras despesas correntes", "investimentos" e "inversões financeiras" de cada Poder do Município.

§ 1º Não serão objetos de limitação de empenho as despesas relativas a:

I - obrigações constitucionais e legais do Município, inclusive aquelas destinadas ao pagamento dos encargos da dívida pública; e

II - as dotações custeadas com recursos de doações, convênios e operações especiais.

§ 2º Na hipótese da ocorrência do disposto no caput deste artigo, o Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo montante que caberá a cada um tornar indisponível para empenho e movimentação financeira.

Seção II



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS

Lei nº 427 de 22 de junho de 2022

Das Diretrizes Gerais para elaboração, execução e cumprimento das metas do orçamento Municipal

Art. 35. O projeto de lei orçamentária, relativo ao exercício de 2023, como instrumento de transparência da gestão fiscal, deverá assegurar o controle social na sua execução mediante o incentivo a participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão (LC 101/00; art. 48, parágrafo único).

Art. 36. Se verificando, ao final de um bimestre, que a regularização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no anexo de Metas Fiscais, o Poder Executivo promoverá, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenhos e movimentação financeira segundo os critérios:

- I – redução de empenhos relativos a horas extras;
- II – redução de empenhos relativos a serviços de terceiros;
- III – redução de empenhos com obras, exceto as decorrentes de convênios;
- IV – redução de despesas de consumo.
- V – as normas relativas ao controle de custos e a avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos orçamentários;
- VI – as condições e exigências para transferências de recursos a instituições públicas e privadas;
- VII – a forma de utilização e montante da reserva de contingência.

Seção II

Disposições finais

Art. 37. O Poder Executivo deverá elaborar e publicar até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2023 o cronograma anual de desembolso mensal, por órgão do Poder Executivo; observando, em relação às despesas constantes desse cronograma, a abrangência necessária à obtenção das metas fiscais.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS

Lei nº 427 de 22 de junho de 2022

Art. 38. Os preços estimados para a Proposta Orçamentária de 2023 terão como base a projeção da média mensal da execução da receita e despesa calculada sobre o período compreendido entre 01 de julho de 2021 a 30 de junho de 2022.

Art. 39. Para fins do art. 16 da Lei Complementar Nacional nº 101, de 04 de maio de 2000, serão consideradas despesas irrelevantes aquelas com valor não ultrapasse os limites dos incisos I e II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Art. 40. Poderá o Executivo participar de consórcio intermunicipal, mediante aprovação de protocolo de intenção entre os partícipes e lei específica aprovada pela Câmara.

Art. 41. Os recursos destinados na lei orçamentária e em seus créditos adicionais para cobrir diretamente a necessidades de pessoas físicas, ou seja, ajudas financeiras, observarão as condições definidas em lei específica, conforme prevê o art. 26 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 42. O Município poderá, mediante prévia autorização legislativa, conceder ajuda financeira, a título de auxílio, subvenção, contribuição ou participação, a pessoas físicas ou a entidades que prestam serviços essenciais de assistência social, saúde e educação e de atividades culturais e desportivas para realização de ações no Município, desde que estejam legalmente constituídas, conforme disposto no artigo 26º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 43. O Poder Executivo poderá contribuir para associações de representação do município, entidade de direito público ou privado, com abrangência nacional ou estadual, na qual venha se filiar, nos termos da legislação vigente.

Art. 44. São partes integrantes desta Lei, os anexos de que tratam das Metas e Riscos Fiscais e das Despesas de Capital, conforme dispõe a Lei Complementar 101 de 04 de maio de 2000.

Art. 45. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Constitucional do Município de São Domingos,
Estado da Paraíba em 22 de junho de 2022.


ADEILZA SOARES FREIRES
- Prefeita Constitucional -



ESTADO DA PARAÍBA
PODER EXECUTIVO
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS

ANEXO I

PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
MUNICIPAL PARA A LDO 2023

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS

ATIVIDADE:

Manutenção dos serviços da Câmara Municipal.

GABINETE DO PREFEITO

ATIVIDADE:

Manutenção e administração do Gabinete do Prefeito.

PROCURADORIA JURIDICA

ATIVIDADE:

Manutenção das atividades da Procuradoria Jurídica.

SEC PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO

ATIVIDADE:

Manutenção da secretaria de Planejamento e Coordenação.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATIVIDADE:

Manutenção da Secretariada Administração;

Aquisição de fardamento para servidores municipais;

Manutenção das atividades e instalações do telecentro;

Manutenção dos encargos previdenciários;

Amortização da Dívida Contratada;

Contribuição do Município para a FAMUP e CNM.



ESTADO DA PARAÍBA
PODER EXECUTIVO
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS

ANEXO I

PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
MUNICIPAL PARA A LDO 2023

PROJETO:

Realização de concurso público;
Treinamento e capacitação de servidores.

SECRETARIA DE FINANÇAS

ATIVIDADES:

Manutenção da Secretaria de Finanças;
Contribuição do Município ao PASEP.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

PROJETOS:

Capacitação e treinamento para servidores da educação;
Aquisição de Equipamentos e Mobiliário para o ensino fundamental;
Aquisição de Equipamentos e Mobiliários para educação infantil;
Ampliação e reforma de unidades escolares;
Construção de Creche na sede do município;
Construção de Escola padrão na sede do município;
Aquisição de onibus escolar;
Reforma e limpeza da Secretaria de Educação;
Adquirir caminhão frigorífico;
Adquirir materiais permanentes para modalidades especializadas.

ATIVIDADES:

Manutenção das unidades escolares;
Manutenção do PDDE - Fundamental;



ESTADO DA PARAÍBA
PODER EXECUTIVO
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS

ANEXO I

PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
MUNICIPAL PARA A LDO 2023

Manutenção do programa salário educação;
Manutenção das atividades do ensino fundamental;
Manutenção do transporte escolar - fundamental;
Distribuição de kit escolar;
Programa de alimentação escolar - fundamental;
Programa de alimentação escolar - mais educação;
Manutenção dos conselhos da educação;
Manutenção do programa mais educação;
Programa Formação pela Escola;
Programa Integra educação;
Programa Educação Conectada;
Programa Tempo e Aprender;
Programa Brasil na Escola;
Manutenção da secretaria de educação e cultura;
Manutenção do transporte escolar - ensino médio;
Manutenção da educação infantil- pré-escola;
Manutenção das inst. e atividades da creche Fernanda Ohara;
Manutenção da educação infantil- apoio as creches;
Manutenção transporte escolar - infantil pré-escola;
Programa de alimentação escolar-creche;
Programa de alimentação escolar-pré-escola;
Manutenção do PDDE - pré-escola;
Manutenção do PDDE - creche;
Manutenção do transporte escolar - creche;
Manutenção do Programa de Jovens e Adultos;
Manutenção do programa Brasil Alfabetizado;



ESTADO DA PARAÍBA
PODER EXECUTIVO
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS

ANEXO I

PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
MUNICIPAL PARA A LDO 2023

Programa de apoio sistema de ensino p/atendimento ao EJA;
Programa de alimentação escolar - EJA;
Programa de alimentação escolar - AEE fundamental;
Programa de alimentação escolar - AEE pré-escola;
Programa de alimentação escolar - AEE creche;
Manutenção do transporte escolar - AEE fundamental;
Manutenção do transporte escolar - AEE pré-escola;
Manutenção do transporte escolar - AEE creche;
Manutenção do PDDE - AEE fundamental;
Manutenção do PDDE - AEE pré-escola;
Manutenção do PDDE - AEE creche;
Manutenção da educação do aluno especial - AEE fundamental;
Manutenção da educação do aluno especial - AEE creche;
Manutenção da educação do aluno especial - AEE pré-escola;
Manutenção das atividades artísticas e culturais;
Manutenção da biblioteca municipal;
Manutenção das atividades do desporto e lazer;
Realização de festividades e promoções sociais;
Criação de Grupo Folclórico;

SECRETARIA DE SAÚDE

PROJETOS:

Capacitação e treinamento para servidores da saúde;
Aquisição de veículo para secretaria de saúde;



ESTADO DA PARAÍBA
PODER EXECUTIVO
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS

ANEXO I

PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
MUNICIPAL PARA A LDO 2023

Ações para enfrentamento da COVID 19 na saúde;
Implantação do Centro de Especialidades Odontológicas - CEO.

ATIVIDADES:

Manutenção dos conselhos de saúde;
Manutenção da secretaria de saúde;
Manutenção das unidades básicas de saúde;
Manutenção do ESF - Estratégia saúde da família;
Manutenção da Estratégia em saúde bucal;
Manutenção da Estratégia em Agentes Comunitários de Saúde;
Manutenção de demais programas de saúde;
Manutenção das ações da Atenção básica de saúde;
Incentivo Financeiro da APS - Desempenho;
Incentivo Financeiro da APS - Capitação Ponderada;
Piso da atenção primária em saúde;
Incentivo de desempenho do programa Previne Brasil;
Manutenção da Equipe Multidisciplinar;
Apoio às ações do bloco da gestão do SUS;
Manutenção do Polo de Academia da saúde;
Manutenção do laboratório de prótese dentária;
Manutenção do Fundo Municipal de saúde;
Manutenção das atividades do laboratório de análises clínica;
Teto municipal da media e alta complexidade ambulatorial e hospitalar;
Manutenção da farmácia básica municipal;
Manutenção do programa Horus;



ESTADO DA PARAÍBA
PODER EXECUTIVO
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS

ANEXO I

PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
MUNICIPAL PARA A LDO 2023

Manutenção das ações da vigilância sanitária;
Manutenção do programa de vigilância em saúde;
Manutenção das ações da Vigilância Epidemiológica;
Contribuição do Município para o CONASEMS;
Manutenção do Centro de Especialidade Odontológicas - CEO.

SECRETARIA DA AGRICULTURA

ATIVIDADE:

Manutenção da secretaria da agricultura;
Manutenção da campanha de vacinação contra aftosa;
Assistência a agricultores e pequenos proprietários.

PROJETO:

Implantação de abastecimento d'agua em comunidades rurais;
Adequação de Estradas Vicinais;
Aquisição de Máquinas Agrícolas;

SECRETARIA DE TRANSPORTE, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

PROJETOS:

Pavimentação em diversas avenidas;
Pavimentação em áreas rurais do Município;
Construção de Poços Artesianos;
Recapeamento asfáltico;
Adequação de estradas vicinais.



ESTADO DA PARAÍBA
PODER EXECUTIVO
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS

ANEXO I

PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
MUNICIPAL PARA A LDO 2023

ATIVIDADES:

- Manutenção da limpeza pública;
- Manutenção dos recursos do fundo especial do petróleo - FEP;
- Manutenção e administração da secretaria transporte obras serviços públicos;
- Manutenção de praças e logradouros arborização zona urbana;
- Tratamento manutenção e melhoria no abastecimento água;
- Reciclagem e tratamento de resíduos sólidos urbanos;
- Manutenção da iluminação pública;
- Manutenção e conservação das estradas municipais;

SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL

PROJETOS:

- Capacitação e treinamento dos servidores da assistência social;
- Reforma do CRAS.

ATIVIDADES:

- Manutenção da secretaria de ação social;
- Manutenção do conselho tutelar;
- Assistência a pessoas em situação de risco e vulnerabilidade social do Município;
- Manutenção dos conselhos da assistência social;
- Ações para enfrentamento da COVID 19 na Assistência Social - FEAS;
- Manutenção do programa de apoio integral a família - PAIF;
- Manutenção dos programas sociais;
- Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social;
- Confinanciamento Estadual - FEAS;



ESTADO DA PARAÍBA
PODER EXECUTIVO
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS

ANEXO I

PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
MUNICIPAL PARA A LDO 2023

Índice de Gestão Descentralizada - Programa Auxílio Brasil;
Manutenção do Programa Família Acolhedora;
Manutenção do programa IGDBF do FNAS;
Manutenção do IGDSUAS;
Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos - SCFV;
Manutenção do programa Guarda Subsidiada;
Manutenção do Programa Criança Feliz;

FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA

ATIVIDADE:

Manutenção das ações do fundo municipal dos direitos da pessoa idosa.

FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE

ATIVIDADE:

Manutenção do Fundo Municipal dos direitos da criança e adolescente.

SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO GOVERNAMENTAL

ATIVIDADE:

Manutenção da secretaria de articulação governamental.



ESTADO DA PARAÍBA
PODER EXECUTIVO
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS

ANEXO I

PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
MUNICIPAL PARA A LDO 2023

SECRETARIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS PARA MULHER

ATIVIDADE:

Manutenção das Atividades da Secretaria de Políticas para Mulher

RESERVA DE CONTINGENCIA

Reserva de Contingência


Adeilza Soares Freires
Prefeita Constitucional




ESTADO DA PARAÍBA
PODER EXECUTIVO
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS

ANEXO DAS
DESPESAS DE CAPITAL

R\$1,00

DESPESA DE CAPITAL	LDO - EXERCÍCIO FINANCEIRO 2023		
	CÓDIGO	VALOR	% sobre o Total da Despesa
I. DESPESA DE CAPITAL	4.0.00.00.00	5.125.000,00	100%
II. INVESTIMENTOS	4.4.00.00.00	4.875.000,00	95,12%
MATERIAL DE CONSUMO	4.4.90.30.01	85.000,00	1,66%
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - P. FÍSICA	4.4.90.36.01	40.000,00	0,78%
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - P. JURÍDICA	4.4.90.39.01	40.000,00	0,78%
OBRAS E INSTALAÇÕES	4.4.90.51.01	2.500.000,00	48,78%
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	4.4.90.52.01	2.100.000,00	40,98%
AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	4.4.90.61.01	60.000,00	1,17%
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	4.4.90.93.01	50.000,00	0,98%
III. AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	4.6.00.00.00	250.000,00	4,88%
PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	4.6.90.71.01	250.000,00	4,88%

FONTE: Secretaria de Finanças e Administração, Setor Contábil.


ADEILZA SOARES FREIRES
Prefeita Constitucional



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS
ESTADO DA PARAÍBA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS
2023

AMF - Demonstrativo 1 (LRF, art. 4º, § 1º)

ESPECIFICAÇÃO	2023			2024			2025		
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% RCL (a / RCL) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% RCL (b / RCL) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% RCL (c / RCL) x 100
	Receita Total	28.500.000	27.377.522	123,35%	30.200.000	28.111.014	123,01%	32.000.000	28.918.937
Receitas Primárias (I)	28.305.000	27.190.202	122,51%	29.990.000	27.915.540	122,16%	31.774.900	28.715.510	121,85%
Despesa Total	28.500.000	27.377.522	123,35%	30.200.000	28.111.014	123,01%	32.000.000	28.918.937	122,71%
Despesas Primárias (II)	28.225.000	27.113.353	122,16%	29.908.500	27.839.678	121,83%	31.691.900	28.640.502	121,53%
Resultado Primário (III) = (I - II)	80.000	76.849	0,35%	81.500	75.863	0,33%	83.000	75.008	0,32%
Resultado Nominal	205.000	196.926	0,89%	215.000	200.128	0,88%	224.900	203.246	0,86%
Dívida Pública Consolidada	440.055	422.723	1,90%	400.000	372.331	1,63%	365.000	329.857	1,40%
Dívida Consolidada Líquida	(430.000)	(413.064)	-1,86%	(400.000)	(372.331)	-1,63%	(375.000)	(338.894)	-1,44%
Receitas Primárias advindas de PPP (IV)									
Despesas Primárias geradas por PPP (V)									
Impacto do saldo das PPP (VI) = (IV-V)									

FONTE: Secretaria de Finanças e Administração, Setor Contábil.

Nota Explicativa: Receita Corrente Líquida projetada conforme memória de cálculo em anexo.

O Manual de Demonstrativos Fiscais da STN na 12ª edição na pag 67, traz a informação que o PIB é opcional para os municípios, e dá a opção de RCL.

RCL PROJETADA	VALOR R\$
2023	23.105.000
2024	24.550.000
2025	26.077.500

INDICE INFLACIONARIO CONSTANTE	2023	2024	2025
	1,0410	1,0320	1,0300
	1,0410	1,0743	1,1065

ADELZA SOARES FREIRES
 - Prefeita Constitucional -

Adelza Soares Freires
 VERONICA BRAS VEIIRA
 CONTABILISTA

R\$ 1,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS
ESTADO DA PARAÍBA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
2023

AMF - Demonstrativo 2 (LRF, art. 4º, §2º, inciso I) R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas em 2021 (a)	% RCL	Metas Realizadas em 2021 (b)	% RCL	Variação	
					Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total	18.672.436	113,62%	17.221.743,61	104,79%	(1.450.692)	(7,77)
Receitas Primárias (I)	18.554.786	112,90%	17.159.911,56	104,41%	(1.394.874)	(7,52)
Despesa Total	18.672.436	113,62%	16.271.584,57	99,01%	(2.400.851)	(12,86)
Despesas Primárias (II)	18.438.419	112,19%	16.217.228,52	98,68%	(2.221.190)	(12,05)
Resultado Primário (III) = (I-II)	116.367	0,71%	942.683,04	5,74%	826.316	710,09
Resultado Nominal	139.367	0,85%	970.430,45	5,90%	831.063	596,31
Dívida Pública Consolidada	537.354	3,27%	490.114,00	2,98%	(47.240)	(8,79)
Dívida Consolidada Líquida	(530.000)	-3,22%	(1.953.040,33)	-11,88%	(1.423.040)	268,50

FONTE: Secretaria de Finanças e Administração, Setor Contábil

Nota: RCL do exercício de 2021 R\$ 16.434.597,91

ADELZA SOARES FREIRES
 - Prefeita Constitucional -

VERÔNICA DAS VEIRAS
 CONTÁBIL
 CRC-PE 5825



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS
ESTADO DA PARAÍBA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
2023

AMF – Demonstrativo 3 (LRF, art. 4º, §2º, inciso II)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES											
	2020	2021	%	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%	
Receita Total	27.089.681	18.672.436	-31,07%	19.849.253	6,30%	28.500.000	43,58%	30.200.000	5,96%	32.000.000	5,96%	
Receitas Primárias (I)	26.862.784	18.554.786	-30,93%	19.773.723	6,57%	28.305.000	43,14%	29.990.000	5,95%	31.774.900	5,95%	
Despesa Total	27.089.681	18.672.436	-31,07%	19.849.253	6,30%	28.500.000	43,58%	30.200.000	5,96%	32.000.000	5,96%	
Despesas Primárias (II)	26.969.243	18.438.419	-31,63%	19.709.423	6,89%	28.225.000	43,21%	29.908.500	5,96%	31.691.900	5,96%	
Resultado Primário (III) = (I - II)	(106.459)	116.367	-209,31%	64.300	-44,74%	80.000	24,42%	81.500	1,88%	83.000	1,84%	
Resultado Nominal	(27)	139.367	-516274,07%	103.525	-25,72%	205.000	98%	215.000	4,88%	224.900	4,60%	
Dívida Pública Consolidada	1.150.000	537.354	-53,27%	480.935	-10,50%	440.055	-8,50%	400.000	-9,10%	365.000	-8,75%	
Dívida Consolidada Líquida	1.210.800	(530.000)	-143,77%	(480.000)	-9,43%	(430.000)	-10,42%	(400.000)	-6,98%	(375.000)	-6,25%	

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES											
	2020	2021	%	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%	
Receita Total	29.089.238	19.372.652	-33,40%	19.849.253	2,46%	27.377.522	37,93%	28.111.014	2,68%	28.918.937	2,87%	
Receitas Primárias (I)	28.845.593	19.250.590	-33,26%	19.773.723	2,72%	27.190.202	37,51%	27.915.540	2,67%	28.715.510	2,87%	
Despesa Total	29.089.238	19.372.652	-33,40%	19.849.253	2,46%	27.377.522	37,93%	28.111.014	2,68%	28.918.937	2,87%	
Despesas Primárias (II)	28.959.910	19.129.860	-33,94%	19.709.423	3,03%	27.113.353	37,57%	27.839.678	2,68%	28.640.502	2,88%	
Resultado Primário (III) = (I - II)	(114.317)	120.731	-205,61%	64.300	-46,74%	76.849	19,52%	75.863	-1,28%	75.008	-1,13%	
Resultado Nominal	(29)	144.593	-498818,91%	103.525	-28,40%	196.926	90,22%	200.128	1,63%	203.246	1,56%	
Dívida Pública Consolidada	1.234.884	557.505	-54,85%	480.935	-13,73%	422.723	-12,10%	372.331	-11,92%	329.857	-11,41%	
Dívida Consolidada Líquida	1.300.172	(549.875)	-142,29%	(480.000)	-12,71%	(413.064)	-13,94%	(372.331)	-9,86%	(338.894)	-8,98%	

FONTE: Secretaria de Finanças e Administração, Setor Contábil

Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes

ÍNDICES DE INFLAÇÃO				
2020	2021	2022	2023	2025
3,75	3,75	sem índice	4,1	3

* Inflação Média (% anual) projetada para 2023, 2024 e 2025 com base no IPCA, divulgado pelo RELATÓRIO DE MERCADO FOCUS - BCB, EM 29/04/2022.

ADELAZ SOARES FREIRES
- Prefeita Constitucional -

VERONICA DIAS HEER
CONTADOR



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS
ESTADO DA PARAÍBA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
2023

AMF - Demonstrativo 4 (LRF, art.4º, §2º, inciso III) R\$ 1,00

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2021	%	2020	%	2019	%
Patrimônio/Capital	0,00	-	0,00	-	-	-
Reservas	0,00	-	0,00	-	0,00	-
Resultado Acumulado	10.901.980,88	100,00%	9.356.630,27	100,00%	8.245.947,53	100,00%
TOTAL	10.901.980,88	100,00%	9.356.630,27	100,00%	8.245.947,53	100,00%

REGIME PREVIDENCIÁRIO

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2021	%	2020	%	2019	%
Patrimônio						
Reservas						
Lucros ou Prejuízos						
Acumulados						
TOTAL	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%

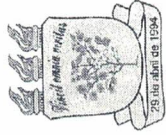
FONTE: Secretaria de Finanças e Administração, Setor Contábil

Nota:

- a) O aumento do Patrimônio Líquido do Município deve-se principalmente ao decréscimo da dívida pública e o aumento dos investimentos.
- b) O município de SÃO DOMINGOS não possui RPPS, portanto, esse item está sem nenhum valor adicionado.

ADELZA SOARES FREIRES
- Prefeita-Constitucional -

VERÔNICA DAS NEVES
CONTÁBIL
CRC-PA 5.823



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS
ESTADO DA PARAÍBA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS
2023

AMF - Demonstrativo 5 (LRF, art. 4º, §2º, inciso III)

R\$ 1,00

	2021 (a)	2020 (b)	2019 (c)
RECEITAS REALIZADAS			
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)			
Alienação de Bens Móveis	0,00	46.000,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	46000,00	0,00
	0,00	0,00	0,00
DESPESAS EXECUTADAS			
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	46.000,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	46.000,00	0,00	0,00
Investimentos	46.000,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras			
Amortização da Dívida			
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	0,00	0,00	0,00
Regime Geral de Previdência Social			
Regime Próprio de Previdência dos Servidores			
SALDO FINANCEIRO			
VALOR (III)	(g) = ((Ia - IIId) + IIIh)	(h) = ((Ib - IIle) + IIIi)	(i) = (Ic - IIIf)
	0,00	46.000,00	0,00

FONTE: Secretaria de Finanças e Administração, Setor Contábil

ADELZA SOARES FREIRES
- Prefeita Constitucional -

VERONICA NAS HEIRA
CONTÁBIL
CPC-PE 5.827



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS
ESTADO DA PARAÍBA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS
2023

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")

R\$ 1,00

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIOS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES			
PLANO PREVIDENCIÁRIO			
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2019	2020	2021
RECEITAS CORRENTES (I)			
Receita de Contribuições dos Segurados			
Civil			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Militar			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Receita de Contribuições Patronais			
Civil			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Militar			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Em Regime de Parcelamento de Débitos			
Receita Patrimonial			
Receitas Imobiliárias			
Receitas de Valores Mobiliários			
Outras Receitas Patrimoniais			
Receita de Serviços			
Receita de Aporte Periódico de Valores Predefinidos			
Outras Receitas Correntes			
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS			
Demais Receitas Correntes			
RECEITAS DE CAPITAL (II)			
Alienação de Bens, Direitos e Ativos			
Amortização de Empréstimos			
Outras Receitas de Capital			
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (III) = (I + II)			
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2019	2020	2021
ADMINISTRAÇÃO (IV)			
Despesas Correntes			
Despesas de Capital			
EVIDÊNCIA (V)			
Benefícios - Civil			
Aposentadorias			
Pensões			
Outros Benefícios Previdenciários			
Benefícios - Militar			
Reformas			
Pensões			
Outros Benefícios Previdenciários			
Outras Despesas Previdenciárias			
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS			
Demais Despesas Previdenciárias			
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (VI) = (IV + V)			
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)			
RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	2019	2020	2021
VALOR			
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	2019	2020	2021
VALOR			
APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	2019	2020	2021
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar			
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos			
Outros Aportes para o RPPS			
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro			

BENS E DIREITOS DO RPPS	2019	2020	2021
Caixa e Equivalentes de Caixa			
Investimentos e Aplicações			
Outro Bens e Direitos			

PLANO FINANCEIRO

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2019	2020	2021
RECEITAS CORRENTES (VIII)			
Receita de Contribuições dos Segurados			
Civil			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Militar			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Receita de Contribuições Patronais			
Civil			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Militar			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Em Regime de Parcelamento de Débitos			
Receita Patrimonial			
Receitas Imobiliárias			
Receitas de Valores Mobiliários			
Outras Receitas Patrimoniais			
Receita de Serviços			
Outras Receitas Correntes			
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS			
Demais Receitas Correntes			
RECEITAS DE CAPITAL (IX)			
Alienação de Bens, Direitos e Ativos			
Amortização de Empréstimos			
Outras Receitas de Capital			
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (X) = (VIII + IX)			

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2019	2020	2021
ADMINISTRAÇÃO (XI)			
Despesas Correntes			
Despesas de Capital			
PREVIDÊNCIA (XII)			
Benefícios - Civil			
Aposentadorias			
Pensões			
Outros Benefícios Previdenciários			
Benefícios - Militar			
Reformas			
Pensões			
Outros Benefícios Previdenciários			
Outras Despesas Previdenciárias			
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS			
Demais Despesas Previdenciárias			
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (XIII) = (XI + XII)			

RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (XIV) = (X - XIII)			
--	--	--	--

APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO FINANCEIRO DO RPPS	2019	2020	2021
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras			
Recursos para Formação de Reserva			

PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

EXERCÍCIO	Receitas Previdenciárias (a)	Despesas Previdenciárias (b)	Resultado Previdenciário (c) = (a-b)	Saldo Financeiro do Exercício (d) = (d Exercício Anterior) + (c)

FONTE: Secretaria de Finanças e Administração, Setor Contábil

Nota: O Município de SÃO DOMINGOS não possui Regime Próprio de Previdência Social.


ADELZA SOARES FREIRES
 - Prefeita Constitucional -


VERONICA DIAS VEIRA
 CONTÁBIL
 CPF: 030.542.322-00



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS
ESTADO DA PARAÍBA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATORIAS DE CARÁTER CONTINUADO
2023

EVENTOS	Valor Previsto para 2023
Aumento Permanente da Receita	R\$ 1,00
(-) Transferências Constitucionais	
(-) Transferências ao FUNDEB	
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	0,00
Redução Permanente de Despesa (II)	
Margem Bruta (III) = (I+II)	0,00
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	0,00
Novas DOCC	
Novas DOCC geradas por PPP	
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV)	0,00

FONTE: Secretaria de Finanças e Administração, Setor Contábil

NOTA:

O conceito de Despesa Obrigatória de Caráter Continuído – DOCC foi instituído pela Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF no art. 17, conceituando-a como Despesa Corrente derivada de Lei, Medida Provisória ou Ato Administrativo Normativo que fixem para o Ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios. É considerado aumento de despesa, a prorrogação da DOCC criada por prazo determinado.

Considera-se aumento permanente de receita o proveniente de elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição, cuja competência tributária é do próprio ente. Por exemplo, no caso dos municípios: Elevação da alíquota do ITBI de 3% para 4%; e... (conforme Manual Técnico Dem Fiscais, STN)

Para o exercício de 2023, não há previsão de aumento permanente de receita pela elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição, portanto, a margem de expansão para despesas obrigatórias de caráter continuado em função do aumento das despesas com ampliação do patrimônio público e dos serviços públicos prestados à sociedade, será suportada pelo crescimento real da atividades econômica.


ADELZA SOARES FREIRES
-Prefeita Constitucional -


VERÔNICA DIAS HEIRA
-Secretária de Finanças e Administração -



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS

ESTADO DA PARAÍBA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE RISCOS FISCAIS

DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS

2023


ARF (LRF, art 4º, § 3º)

R\$ 1,00

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Demandas Judiciais	0,00		
Dívidas em Processo de			
Avais e Garantias Concedidas	0,00		
Assunção de Passivos	0,00		
Assistências Diversas	0,00		
Outros Passivos Contingentes	231.050	Abertura de créditos adicionais a partir da Reserva de Contingência	231.050
SUBTOTAL	231.050	SUBTOTAL	231.050
DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Frustração de Arrecadação	945.000	Ajuste da programação financeira através da limitação de empenho	945.000
Restituição de Tributos a Maior	0,00		
Discrepância de Projeções:	285.000	Abertura de créditos adicionais a partir da redução de dotação de despesas discricionárias	285.000
Outros Riscos Fiscais			
SUBTOTAL	1.230.000	SUBTOTAL	1.230.000
TOTAL	1.461.050	TOTAL	1.461.050

FONTE: Secretaria de Finanças e Administração, Setor Contábil.


ADELZA SOARES FREIRES
- Prefeita Constitucional -


VERONICA DEAS VIEIRA
CONTADOR(A)
CRC-PB 5.823